

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Instituto de Psicologia

Maria Eduarda Silvestrin Oliveira

Crianças “estranhas”: A infância marginalizada em evidência

**Uberlândia
2026**

Maria Eduarda Silvestrin Oliveira

Crianças “estranhas”: A infância marginalizada em evidência

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Instituto de Psicologia da
Universidade Federal de Uberlândia, como
requisito parcial à obtenção do Título de
Bacharel em Psicologia.

Orientador (a): Prof. Dr. João Luiz
Leitão Paravidini

**Uberlândia
2026**

Maria Eduarda Silvestrin Oliveira

Crianças “estranhas”: A infância marginalizada em evidência

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.

Orientador (a): Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini

Banca Examinadora

Uberlândia, ____ de _____ de 2026

Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini (Orientador)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Profª. Mª. Isabela Nunes Pizzotti Ferreira (Examinadora)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Prof. Me. Bruno Corrêa Sartini (Examinador)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Uberlândia
2026

Agradecimentos

Muito falo em linguagem no meu trabalho, mas sinto que nenhum dos signos comumente utilizados conseguem expressar meus agradecimentos.

Inicialmente, agradeço a minha família, especialmente, meu pai, meu irmão, minhas avós e avô, e ainda mais especialmente minha mãe. Foi ela quem me deu meu primeiro nome “Maria” e para além dele, dia após dia, continua a me nomear como a Maria forte, a Maria determinada, a Maria resiliente; por tudo que você, Danielle, já me fez acreditar nessa vida, a mais poderosa delas foi o amor, obrigada por ter cedido o seu chão para que eu pudesse caminhar até aqui.

Agradeço também aos meus amigos dos diversos grupos construídos, sejam os da “quadrilha”, os do “qual é a boa”, os da minha turma 91, especialmente minha amiga Nat que sempre me apoia e faz os melhores macarrões do mundo, e por fim, os da minha longa companheira bateria insana, todos vocês abrilhantaram e compartilharam da minha jornada.

A Carolina e a Kamila agradeço por, em inúmeras possibilidades de vida, a gente ter se esbarrado nessa curta passagem. Vocês são parte das minhas alegrias, companhia para as minhas tristezas e não há nada de bom que eu não imagine vocês junto comigo. Amo amar vocês e amo ainda mais ter sido escolhida para ser amada de volta. A Rita Lee em uma entrevista disse que o que ela mais amava em seu companheiro Roberto era a alma dele, que era gêmea dela. Essa passagem sempre me assombrava, um medo de nunca viver essa experiência, hoje, felizmente, a cito para dizer que, finalmente encontrei, vocês são minhas gêmeas de alma.

Agradeço a minha “primeira” amiga Marina, que por mais que não seja a primeira amiga cronologicamente, foi a primeira que transformou o conceito de amizade em companheirismo, fidelidade, cuidado. Marina me defendeu em momentos que eu mesma me ataquei, e a isso sou imensamente grata, estaremos sempre juntas, de perto ou de longe.

Agradeço a meus companheiros de orientação e ao meu orientador de TCC, João Luiz, que tornaram a jornada menos árdua. Agradeço, principalmente, meu amigo Mateus, entre idas e vindas, entre memes, acertos, desacertos, ele fez a escrita se tornar divertida. O único que verdadeiramente entende minhas piadas e que preenche qualquer ambiente com a sua presença. Sou grata por compartilhar tantos espaços e orientações com você, sejam elas na psicanálise, nas cervejas e sobretudo na vida.

Agradeço a minha amiga Ana Luiza Torido, que sempre foi exemplo de coragem e força, além de ser a principal responsável pela minha aproximação com a minha espiritualidade. Ela é o corpo da mulher que guia a minha vida, me protege e sempre permanece ao meu lado, agradeço a Maria Padilha das 7 Encruzilhadas, pois não existe lugar que eu pise, que ela não pisou primeiro e neste trabalho não foi diferente.

Por mais nominal que eu seja, a falta continua fundante e constante, então generalizo a minha fala e agradeço a todos que participaram da minha jornada em psicologia. Sejam nos intervalos, nos meus estágios na clínica, especialmente acompanhada das minhas parceiras Daniele, Maria Fernanda e orientadora Isabela, nas salas de aula, na salinha, nos bares. Agradeço à todos que me proporcionaram ser a pessoa que conseguiu escrever este trabalho.

Por fim agradeço a “L”, das minhas diversas experiências na faculdade, você proporcionou a mais marcante e especial delas, guardo no coração todos os nossos momentos, conversas, brincadeiras e até discussões. Obrigada por me permitir entrar no seu “mundinho” e perceber o quanto viver com você, era o que faltava no meu.

Elis Regina um dia cantou uma música com o meu nome, a cito para que eu possa sempre me lembrar de quem eu sou e quem eu sempre serei:

“Maria, Maria, é um dom, uma certa magia

Uma força que nos alerta

Uma mulher que merece viver e amar

Como outra qualquer do planeta

Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça

É preciso ter sonho sempre

Quem traz na pele essa marca

Possui a estranha mania de ter fé na vida”

Digo que hoje sou forte, tenho manha e tenho fé na vida. Por fim, ainda cito Belchior, onde, posso até ter sangrado demais e chorado “pra cachorro”, mas continuo aqui e sou um sujeito de sorte. Obrigada.

RESUMO

A infância é uma etapa do desenvolvimento extremamente marcante e valorosa, contudo, nem todos os sujeitos experienciam dessa fase enlaçados em carinho e cuidado, as crianças marginalizadas são o reflexo disso. O objetivo deste estudo é entender como essas crianças são produzidas, utilizando o conceito de estranheza de Freud como marcador simbólico desses sujeitos, identificados no trabalho como “estranhos”. O método utilizado foi relato de experiência, analisando-se os diários de campo produzidos durante acompanhamento a uma criança “estranha” em um período de seis meses em um assentamento. Por meio de uma retrospectiva histórica, busca-se explicitar que o ideal de infância foi socialmente construído e formado em um viés de exclusão dos desviantes. No decorrer do texto, utiliza-se da constituição subjetiva lacaniana e da posição no campo social para defender que as crianças estranhas estão deslocadas do local de direitos, sofrendo com um triplo desamparo, institucional, material e discursivo. Por meio do relato, defende-se a escuta e construção de vínculo como alternativa e potente ferramenta de cuidado, além de explicitar as inúmeras respostas que a criança acompanhada produziu em meio ao trabalho realizado, considerando que, em meio ao desmonte subjetivo e material, ainda é possível se deslocar e se realocar como um ser desejante e falante.

Palavras-chave: Infância; Linguagem; Teoria Psicanalítica; Discurso; Vínculo

ABSTRACT

Childhood is an extremely significant and valuable stage of development; however, not all subjects experience this phase surrounded by affection and care, and marginalized children

reflect this reality. The aim of this study is to understand how these children are produced, using Freud's concept of strangeness as a symbolic marker of these subjects, identified in this work as "strange." The method used was an experience report, based on the analysis of field diaries produced during the follow-up of a "strange" child over a six-month period in a settlement. Through a historical retrospective, the study seeks to make explicit that the ideal of childhood was socially constructed and shaped by a bias of exclusion toward those considered deviant. Throughout the text, Lacanian subjective constitution and the subject's position in the social field are used to argue that "strange" children are displaced from the place of rights, suffering from a triple abandonment: institutional, material, and discursive. Through the report, the study defends listening and the construction of bonds as an alternative and powerful tool of care, while also making explicit the many responses produced by the accompanied child during the work, considering that, amid subjective and material dismantling, it is still possible to shift and reposition oneself as a desiring and speaking being.

Keywords: Childhood; Language; Psychoanalytic Theory; Discourse; Bond

SUMÁRIO

1. Introdução	10
2. Metodologia	11
3. Retrospectiva histórica da construção da Infância	13
4. Linguagem e estruturação no laço social	18
4.1. A constituição subjetiva pela linguagem	18
4.2. Desigualdade no amparo simbólico e dupla dimensão do Estranho	20
5. O olhar a uma criança estranha - Relato de experiência	23
5.1. Desamparo material	24
5.2. Desamparo Institucional e Discursivo	26
6. Direção da escuta e construção de vínculo	32
7. Considerações Finais	35
8. Referências	39

1. Introdução

Infância é uma etapa do amadurecimento subjetivo muito importante, é a nossa entrada no mundo da cultura e da linguagem, é o momento do estabelecimento das primeiras marcas psíquicas e sociais. Além disso, também é uma fase que, teoricamente, é cercada por muita proteção, cuidado e afeto.

Contudo, pensando nas inúmeras infâncias, são todas que se reservam o direito de brincar? De sonhar? São todas que vivem em uma realidade criancável com uma potencialidade de carinho e cuidado? No contexto da infância marginal, sempre me questioneei sobre as crianças que não se encaixam nesse ideal infantil, quem e como são produzidas as crianças estranhas ao circuito padrão?

Logo, recorro a um trecho do livro “Brilha como vida” de Maria Grazia Calandrone, lançado no Brasil em 2022, que em muito descreve minha inquietação pela temática - “As crianças não amadas não choram. Quem iriam chamar, com seu choro?”. Com essa passagem em mente, refiro-me aos denominados pivetes, os malandros, os marginais, os menores, estes que são negados até ao direito de se enunciar pelo próprio nome. Crianças que, desde o seu nascimento, são negadas ao direito de existir e forçadas a apenas sobreviver.

O que me motiva ao aprofundamento do tema é o profundo interesse constituído durante a graduação pela infância marginal, guiando a escolha de disciplinas e os estudos teóricos. Além disso, como fator principal da escolha, coloco a minha experiência como voluntária comum e acompanhante de vínculo terapêutico em uma Organização da Sociedade Civil (OSC) que atua com crianças e adolescentes em um antigo assentamento da cidade de Uberlândia. O acompanhamento de vínculo pode ser descrito como um acompanhamento terapêutico, no contexto desse relato, o trabalho foi realizado com uma criança beneficiária da OSC durante todo o seu turno de atividades. Esta atribuição foi fundada e vinculada ao programa de saúde mental da instituição.

Foi por meio do convívio e trabalho nesse ambiente, marcado pela ausência estatal e de direitos básicos, como o próprio saneamento básico ou moradia, que tive a oportunidade de acompanhar a construção simbólica e a infinidade da potência de várias crianças e adolescentes. Contudo, marco em especial a criança que eu tive a oportunidade de trabalhar e acompanhar de perto, que foi a responsável por determinar a metodologia deste trabalho como relato de experiência.

Com o objetivo geral de compreender a produção dessas crianças marginalizadas, serão utilizados recortes da minha experiência como acompanhante de vínculo de uma infância vulnerável. Como objetivo específico, o trabalho pretende, por meio das articulações realizadas, ilustrar conceitos psicanalíticos como; desamparo discursivo, linguagem no laço social, o estranho, e a falta fundante, estes que serão chave para análise da experiência.

2. Metodologia

O método utilizado neste trabalho consiste em um relato de experiência, onde serão analisados diários de campo de um acompanhamento de vínculo, à luz de conceitos da psicanálise e da psicologia social, como desamparo discursivo e ancoragem. O acompanhamento foi realizado a uma criança beneficiária em uma Organização da Sociedade Civil (OSC), que atua com crianças e adolescentes em um antigo assentamento da cidade de Uberlândia.

O relato de experiência se consagra como uma abordagem de natureza qualitativa, de caráter descritivo e exploratório utilizando-se da observação participante e produção de diários de campo para estudar um indivíduo, um ambiente, uma experiência coletiva, entre outros. Pretende promover uma reflexão crítica sobre a prática profissional e seu possível confronto com as teorias científicas utilizadas para embasamento, influenciando na construção de um saber não-hegemônico (Calia & Bassani, 2024, Gois et al., 2025).

Por meio deste método, foi possível, para além de investigar as produções científicas já consolidadas, promover a valorização e compreensão da subjetividade das vivências, a partir da perspectiva de quem as experienciou no próprio território. O método é fundamental e justificável também pelo próprio objeto de estudo. Esta construção bibliográfica se propôs a estudar a infância marginalizada, e por meio do relato de experiência, foi possível a consideração e validação de saberes que, provavelmente, seriam eliminados por critérios mais objetivistas ou métricos (Gois et al., 2025).

Enfim, neste trabalho serão utilizados e analisados os escritos produzidos ao longo do período de seis meses de acompanhamento, preservando a identidade da criança e analisando a partir da perspectiva da profissional em campo. O uso desses documentos foi previamente autorizado pela coordenadora da frente de saúde mental do projeto, dispensando a necessidade do comitê de ética, já que todo o conteúdo será pautado sob meu olhar e experiência. Inicialmente, trarei uma consideração histórica acerca do termo “infância” e em seguida virão as construções sobre a linguagem no laço social, desamparo e a experiência com uma infância contra hegemônica/estranha, na intenção de ilustrar as considerações teóricas.

Por fim, utilizando-se também do relato e de outros conceitos teóricos, como ancoragem e escuta, a produção pretende sinalizar as respostas dessa criança a este lugar precário em que foi destinada. E em como nós, futuros profissionais, em contato com o território, podemos atuar auxiliando na produção de novas simbolizações e novas formas de cuidado em Psicologia, consolidando a construção de um conhecimento acadêmico, mas, sobretudo, humano e experiencial.

Como recurso de revisão textual e adequação a normas APA foi utilizado a ferramenta Claude (Anthropic, modelo Sonnet 4.5), com o objetivo de melhorar a fluidez e coesão do

texto. Contudo, todo o conteúdo final produzido e escrito neste trabalho é de inteira responsabilidade da autora.

3. Retrospectiva histórica da construção da Infância

A noção de infância é datada geográfica e historicamente, e não surge como uma etapa naturalmente considerada valiosa. Foi de forma gradativa que a infância se tornou um dos períodos mais caros na atualidade. Por meio de diversas construções histórico-culturais, a “vossa majestade o bebê” torna-se depósito dos diversos ideais dos adultos, seja em face de afetos ou também de dejetos (Gurski,2012; Cruz, Hillesheim & Guareschi,2005)

Datando de forma histórica, na antiguidade e no período medieval, por exemplo, principalmente no polo europeu, a infância era só um rito de passagem, até o século XII, a criança era considerada como um ser mais frágil apenas até conseguir se cuidar sem a ajuda de um terceiro, sendo compreendida como “adultos em miniatura”. Nesse momento, a diferenciação era quase nula e a noção individual de valor era diminuída em função do grupo e do destino coletivo da humanidade em si. Ou seja, a criança não tinha se tornado “A criança”, objeto de tamanha estima e valor social (Gurski,2012; Jácome,2018; Frota,2007).

Em reflexo desse valor ainda diminuído, por volta de pouca idade, em torno dos 7 anos, as crianças já eram inseridas no mundo de trabalho comunitário e coletivo, mas sobretudo, adultizado. Somado a isso, até mesmo as representações artísticas da época simbolizavam esse imaginário social, onde as crianças da nobreza eram representadas nas pinturas com corpos e roupas de adulto, refletindo essa não identidade e não separação da infância. Importante salientar, que as crianças servas eram ainda mais desvalorizadas e invisibilizadas, seja nas pinturas, nos trabalhos, marcando já a tamanha diferenciação e desigualdade de classes. (Jácome,2018).

A institucionalização dessa fase também começa a dar seus primeiros sinais neste mesmo período por meio da “Roda dos Expostos”. Esta que, consistia em um mecanismo de

abandono anônimo de bebês por meio de um cilindro giratório acoplado nas paredes das igrejas católicas, que permitiam que os “abandonados” fossem acolhidos na instituição religiosa. Ainda hoje, é uma das políticas brasileiras de maior duração, tendo sido criada no período colonial no Brasil e sendo extinta apenas na década de 1950 (Cruz, Hillesheim & Guareschi, 2005).

Seguindo o percurso histórico, com o início da modernidade e a ascensão da burguesia, elas fornecem a primeira aparição de sentimentalismo em relação à infância nobre. Como a burguesia e o capitalismo se produziram em cima da exploração do trabalho infantil e servo, logo a chamada “paparicação”, originada nas amas e mães de classe alta, não alcançavam a todos no cerne social. Paparicação esta que, seria o costume de achar engraçado ou simpático alguns comportamentos infantis, que se iniciou no século XVI, e foi estendido até o final do século XVII. Simultaneamente ao sentimentalismo, vinham a pregação dos moralistas e fiéis católicos, com o discurso que defendiam as crianças como “seres de Deus” que mereciam ser protegidos mas também disciplinados com rigor, para que se formassem bons adultos (Bezerra Lins et al., 2014; Jácome, 2018).

Essas movimentações iniciais marcam o verdadeiro despertar da visibilidade à infância, pois é por meados do século XIX que ela começa a ser definida como objeto de ação, de intervenções públicas, de estudos e de categorização em todo o Ocidente. Inicialmente, esses movimentos visavam uma reserva de mão de obra e se pautavam em uma “literatura de civilidade”, que também foi uma vertente que se popularizou na época, tendo como escritor principal Erasmo de Rotterdam. Esses escritos eram dirigidos à prescrição de novos hábitos e comportamentos na Europa, tendendo à escolarização e disciplinarização das crianças por meio da coerção e controle. (Gurski, 2012).

Neste movimento da modernidade, as concepções sobre infância, família, educação e disciplina estavam em constante transformação, e a infância que antes era invisibilizada agora

vira palco de discussões maiores. O “dispositivo da infância” instituiu essa fase da vida como um problema econômico-político e geral. As crianças que antes eram somente símbolo de procriação, tornam-se um objeto a ser investigado e medido, além de serem ícones do amor da família. No campo disciplinar, a educação de caráter mais público se volta cada vez mais ao privado, ao tronco familiar nuclear e ao desenvolvimento de aptidões individuais e não mais a servir os interesses da coletividade e da comunidade. (Gurski,2012; Vicentin,2020).

Nessa lógica da disciplinarização, segundo Foucault (1996), o século XVII foi a era da governamentalidade, tudo era passível de ser governado, em busca do controle total e do alcance de uma “média”, buscava-se governar os pobres, a família, a casa, a mente, o corpo e principalmente as crianças, que mostram-se como um dos principais focos dessas políticas. Como adultos em preparação, eram o cerne da renovação e da promessa de uma normatização social, de “um mundo melhor”. Contudo, nesse sistema de controle e adestramento, existiam os desviantes, que fugiam da situação padrão; as crianças marginalizadas e abandonadas, os “menores” (Cruz, Hillesheim & Guareschi,2005).

Produzidas por um sistema de exclusão e desamparo, eram verdadeiras **estranhas** ao circuito ideal, essas crianças não representavam o futuro que estava sendo construído na modernidade, pois não haviam sido adestradas e disciplinadas da maneira correta, sendo associadas à delinquência e a criminalidade (Quagliatto,2017).

Os denominados “menores” categoria que incluía as classificações de abandonado, delinquente, desviado e viciado, tornam-se, assim, um problema do poder público e um objeto de intervenção urgente, associado à necessidade de “convertê-los”. Cabe, no entanto, uma pergunta anterior à própria intervenção: como uma sociedade estruturada pelo controle e pela normatização produziu, ela mesma, essas crianças que lhe eram estranhas? Antes de ser respondida, essa pergunta foi suspensa, isto porque a urgência histórica não foi a de compreender a produção desses sujeitos, mas a de contê-los.

Ou seja, percebe-se a preocupação com a gestão e a tutela desses chamados de “perigosos”, instituindo-se a noção de periculosidade nessas crianças. Deste modo, segundo Foucault (1996), os indivíduos passam a ser considerados pela possível potencialidade de seus comportamentos e não por infrações efetivas. Tendo isso em vista, a prática jurídica entra em foco e as leis punitivas e as “instituições de sequestro”, como as próprias escolas, foram utilizadas para fixar essas crianças em sistemas de normatização e de reclusão na tentativa de cessar o “risco” produzido por elas (Cruz, Hillesheim & Guareschi, 2005; Quagliatto, 2017).

Nessa tentativa de contenção, o significante “Infância” novamente torna-se domínio de diversas instâncias que agora buscavam “cessar esse problema”. Partiu-se inicialmente da instância jurídica, que inicialmente, conseguiu punir, mas não identificou a causa, ou melhor, o cerne da existência dos desviados da norma (Quagliatto, 2017).

A seguir durante o século XX, vemos esse movimento de grandes intervenções na infância e no tronco familiar cada vez mais nuclear. Tendo isso em vista, o corpo médico vem com um discurso “da cura”, ou seja, além das práticas punitivas e disciplinadoras do discurso jurídico em pauta, as intervenções se somariam também a práticas de higiene, assepsia e beleza. O saber médico ditava ao tronco familiar as normas de alimentação, de cuidado, de limpeza, transformando a família em um objeto de vigilância e de responsabilidade, caso as crianças não se desenvolvessem de forma “normal”. Ou seja, o discurso médico surge com uma possível solução do início desse desvio, o corpo biológico e a criação familiar. Principalmente, a criação fornecida por famílias pobres, consideradas incapazes de fornecer o “gene da normalidade” aos filhos (Bezerra Lins et al., 2014; Quagliatto, 2017).

A psiquiatria e a psicologia também se engajam nesse discurso, a partir do momento que se definiu a existência de um modelo de desenvolvimento normal da infância, qualquer desvio se torna uma patologia, um problema, que deveria ser resolvido pela comunhão dessas

instâncias. A identificação das crianças desviantes agora poderia ser feita a priori, com um cunho biológico ancorado no social. Isso porque, essa identificação se pautava no nível econômico de cada família, que poderia ou não corresponder ao ideal de homem e de produção requerido na época. Ou seja, estabelecido um modelo, a normalização disciplinar em comunhão com os saberes padronizadores que foram produzidos, buscaram transformar pessoas, ações, e nesse caso a infância, seguindo esse único padrão (Quagliatto,2017).

A pedagogia, por fim, também permanece nessa ideologia como mais um pilar a sustentar esse discurso padronizado. O ensino de conteúdos permanecia em segundo plano, cedendo o lugar a formação moral e cívica das crianças, onde a disciplina moldaria o papel social desses sujeitos desde cedo (Jácome,2018). Essas principais instâncias que foram citadas, guiaram o saber sobre a infância, reforçando discursos de normatização e exclusão da diferença, desenvolvendo modelos e estratégias científicas ideais a seguir (Quagliatto,2017).

Contudo, no século XX em diante, as políticas públicas relacionadas ao infantil tiveram um avanço inegável. Inicialmente com o próprio Código Civil Brasileiro em 1926 e no mais tardar o Código de Menores em 1927, ainda focado em punir e reinserir os desviados de conduta. E com o passar do tempo, com a instituída Constituição de 1988 e o próprio ECA em 1990 (Estatuto da criança e do adolescente) que agora promovia os direitos e proteção desses sujeitos como dever do Estado, da família e da sociedade (Jácome,2018).

Logicamente, a instituição do ECA foi fundamental para a proteção da infância e da adolescência no Brasil, foi um dos pioneiros em reconhecer a criança como um sujeito, contudo, ainda assim carece de uma reflexão acerca do tipo de criança que realmente é considerada no estatuto. Mesmo declarado dito universal, universalidade esta que foi importante para definir a proteção das crianças como atributo indiscutível e geral, muitas vezes, apenas as famílias pobres chegam denunciadas de negligência. Ao positivar muitos direitos econômicos, sociais e culturais a todos, sem garantir a possibilidade material e

concreta para a realização destes, parece mais como um apontamento de direitos inerentes e de possíveis responsáveis por eles, sem considerar a lógica do que é possível para cada realidade familiar (Cruz, Hillesheim & Guareschi, 2005; Quagliatto, 2017).

Os direitos realmente deveriam ser inerentes, mas tendo em vista as múltiplas infâncias no Brasil, principalmente as marginais, as estranhas ao circuito padrão, torna-se ilógico afirmar dessa forma. Ao se dizer que o significante “infância” é único e universal, o ECA e a sociedade como um todo tende a desconsiderar outras formas de se viver essa fase da existência, que infelizmente, não podem ser resumidas apenas à proteção e garantias (Cruz, Hillesheim & Guareschi, 2005).

Tendo em vista, o percurso histórico e construção social e geográfica da infância no Brasil, percebe-se que a desigualdade de direitos e de amparo é inerente à história. A seguir trataremos da estruturação simbólica do sujeito e da instauração do laço social, articulando novamente com a noção de que nenhum direito e garantia é completamente universal.

4. Linguagem e estruturação no laço social

4.1. A constituição subjetiva pela linguagem

A constituição subjetiva pela linguagem é uma condição universal, ou seja, nenhum sujeito escapa ao desamparo inicial nem à mediação do Outro nesse processo. Contudo, a forma como cada criança é recebida por esse Outro, o lugar que lhe é reservado no desejo e no campo social e na geografia não é universal. É essa diferença, entre quem é desejado e nomeado com apreço simbólico e quem é falado como resto, que este capítulo busca demonstrar, percorrendo primeiro os fundamentos lacanianos da constituição do sujeito para, em seguida, mostrar como o laço social distribui de forma desigual o acesso a esse amparo simbólico.

Logo no nascimento, o bebê está conectado aos seus instintos, ligados à manutenção da vida e à satisfação. A necessidade de sobrevivência e dependência logo quando o sujeito

nasce denomina-se de desamparo inicial, que será mediado pela presença do Outro. Este, seja a mãe ou alguma figura de referência, tem como função sanar esse desamparo, instaurando para o bebê a ideia de completude e suficiência. Isso se dá por meio de alguma ação específica de cuidado - via seio materno, colo, etc. Essa experiência inicial de satisfação provoca a primeira marca psíquica no bebê, articulada à inscrição do sujeito no campo do Outro e da demanda (Lacan, 1953/1998b; Lacan, 1966/1998)

As chamadas marcas psíquicas são as responsáveis por gerar as imagens que serão resgatadas pelo sujeito quando novas situações de desamparo, para além desse período inicial, forem surgindo. Essas imagens resgatadas serão utilizadas em um teor comparativo e equivalente, ou seja, inaugura-se no sujeito uma eterna busca pela a “Coisa”¹ (Lacan, 1964/1988) visando reviver aquela satisfação que foi perdida, ainda que seja impossível de ser plenamente reencontrada. (Santos & Fortes, 2011; Cavalcanti & Poli, 2015; Couto et al., 2018).

Nessa busca inalcançável, funda-se então a chamada **falta** estruturante, que descreve a falta de um objeto ilusório que se torna núcleo do desejo e de seus inúmeros deslocamentos ao longo da vida. Ou seja, a sensação de suposta completude anteriormente experimentada nunca será totalmente recuperada, mas ainda assim, torna-se o elemento responsável por movimentar o campo do desejo e inscrever o sujeito no princípio da realidade, da frustração e da interdição pelas leis simbólicas — o sujeito transforma-se, assim, em um sujeito barrado. Por meio da linguagem e do posicionamento do ser no laço social, o sujeito se depara com a impossibilidade de preencher essa falta estrutural, inaugurando-se oficialmente na cultura, onde, a dimensão da castração social e da limitação se inscrevem na experiência

¹ Alguns autores diferenciam “das Ding” – Coisa, de objeto a, sendo Coisa ligada ao registro do real, ao irrepresentável e o objeto a como o resto produzido pela constituição simbólica do sujeito. Importante ressaltar também que a completude vivenciada pelo bebê é imaginária, é uma fantasia retroativamente construída, por isso a busca se torna inalcançável.

da vida. (Lacan, 1953/1998b; Lacan, 1964/1988; Lacan, 1969-1970/1992; Santos & Fortes,2011; Queiroz,2003).

Tendo em vista a impossibilidade de preencher esse vazio simbólico, a entrada na linguagem, na cultura e no laço social surgem também como uma espécie de alternativa à satisfação antes plena e imediata. A busca por significantes - elementos da linguagem que representam o sujeito na cadeia simbólica - como nomes, discursos e reconhecimento, torna-se o instrumento de reorganização do desejo e do mal-estar intrínseco ao sujeito que se localiza em sociedade com o outro. (Lacan, 1953/1998b)

Quando pensamos ainda no nascimento e no eu ainda insipiente, nota-se a necessidade da alienação ao campo do Outro como amparo simbólico, imergindo-se na linguagem e nas cadeias significantes já produzidas. É esse Outro, subjetivo e social, que vai nomeando o bebê - servindo como exemplo de imagem, auxiliando na construção de um eu ideal e produzindo contorno ao corpo. No processo de alienação, o Outro que vai dizer o que o sujeito sente e quem ele é, antes que o próprio sujeito possa se reconhecer como um Eu separado (Lacan, 1966/1998; Lacan, 1953-1954/1986; Sbardellotto et al., 2016; Santos & Fortes,2011; Couto et al., 2018). Esse ideal produzido e essa identificação, mesmo que necessária nas etapas iniciais de estruturação subjetiva, pressupõe um Outro que ofereça uma imagem a ser espelhada (Lacan, 1949/1998a) - indicação que já se revela problemática quando o Outro se mostra ausente ou fugidio, como se vê na maioria das crianças consideradas marginais.

4.2. Desigualdade no amparo simbólico e dupla dimensão do Estranho

A interdição simbólica instaurada com a entrada na cultura é de caráter geral. Com a imposição da ordem social e da busca por significantes, ela protege os sujeitos de seguirem a tendência pulsional de tratar o outro como objeto de gozo e utilizá-lo a satisfazer suas pulsões de morte, humilhá-lo ou até matá-lo. (Gomes,2009; Cavalcanti & Poli,2015).

Contudo, por mais que todos estejam dispostos a suportar limitações em suas pulsões e instintos em troca do viver em sociedade, nem todos pagam o mesmo preço pelo ato civilizatório.

Ou seja, existe uma parcela privilegiada, e particularmente dizendo sobre infância, de crianças que são mais desejadas, mais paparicadas, que ocupam um lugar de privilégio no discurso, e por isso, são expostas a menos sofrimento e a maior proteção. Por outro lado, existem as crianças consideradas “estranhas”, marginais, que servem como objeto-dejeito ou até objeto de satisfação das tendências pulsionais de morte, que a interdição simbólica da cultura propõe extinguir. (Rosa,2022).

Retomando, se o inconsciente é estruturado como linguagem e a linguagem que nos posiciona e organiza os laços sociais, é concebível que o lugar em que uma criança é falada estrutura grande parte da sua condição simbólica (Lacan, 1953/1998b). Entre os laços e discursos produzidos pelas instituições, sejam elas familiares, educacionais ou outras, todas irão posicionar significantes sobre o sujeito antes mesmo que ele tenha possibilidade de construir algo sobre si. No campo social, muitas vezes, cria-se categorias sobre a infância que restringem o sujeito a ocupar e permanecer em um lugar de insignificância ou submissão, a exemplo das infâncias “problemas” ou “marginais”.

Essa infância marginal, que aqui irei defender como sendo colocada em uma posição de “estranha”, não é permitida a circular por outros lugares sociais, ela está sobreposta em um local de vulnerabilidade simbólica e concreta, onde os sujeitos estão suspensos da pertença sobre o próprio discurso de si - são desamparados discursivamente. Os discursos que circulam no campo social sobre a infância não ideal refletem artimanhas de poder que supõem possíveis posições, atribuindo valores e significações no laço, inserindo o sujeito em várias interpretações. Utilizam do seu poder no campo da linguagem e da cultura para naturalizar atribuições negativas como uma “verdade” apolítica.

As crianças marginais são submetidas aos discursos auto alienantes, culpabilizantes, que as colocam em uma zona em que não pertencem ao centro da coesão e decisão dos seus próprios anunciantes, permanecendo à mercê do que se é falado e produzido pelo Outro sobre ele. Dessa forma, o sofrimento é naturalizado, seja ele da dimensão simbólica ou social, ou melhor dizendo, da dimensão do sofrimento ético-político (Sawaia,2014; Rosa 2022).

São três as dimensões de sofrimento que produzem uma infância “estranha” - o discursivo, material e o institucional. Crianças desvinculadas da proteção estatal, familiar e social, definidas por lei, carregam a possibilidade de trazer à tona o que deveria permanecer oculto - “o que sabemos que existe, mas não gostaríamos de ver”. Freud em seu texto “ O Estranho” escrito em 1919 e reeditado em 1976, inicia uma discussão acerca do tema e seus vários significados, no entanto, estabelece o “Estranho” como sendo algo da natureza assustadora que remete ao que é familiar e que retorna, algo que não sabe exatamente como se abordar ou se lidar.

“*Unheimlich*”, o estranho familiar, remete à tudo que deveria permanecer secreto e obscuro, mas que veio à luz, assim como a existência dessas crianças assujeitadas e deslocadas do lugar de um ser de direitos, elas que de alguma maneira existem, mesmo que as leis e os estatutos indiquem que não (Freud, 1919/1976).

As crianças denominadas como estranhas são as que devemos apagar, calar, negar a possibilidade de narrativa. Com o apagamento da força discursiva, elas estão submetidas ao discurso social hegemônico, mantendo-se atreladas a significantes que as desalojam da sua história pessoal, cultural e política, são lançadas ao não reconhecimento do seu sofrimento e do seu lugar no laço social. Desamparadas do discurso, as estranhas não exercem a função da linguagem de dar contorno ao sofrimento, ao trauma e a angústia, sendo submetidas a

definições estigmatizantes que não as permitem localizar o seu sintoma, demanda ou o seu próprio dizer de si (Rosa,2022).

Ao se estabelecerem como invisíveis, sua dimensão política e material de vulnerabilidade também é ignorada, servindo os interesses de manutenção da dinâmica de exclusão. Essas crianças vivenciam o sofrimento da dor mediada pelas injustiças sociais, é a vivência cotidiana de estarem submetidas a condições materiais desfavoráveis, como a fome, falta de saneamento, e, especialmente, a opressão simbólica que emerge da situação social de ser tratado como inferior, marginal e subalterno (Sawaia,2014).

Em contextos vulneráveis, o Outro, seja a família ou o Estado, não garante proteção ou reconhecimento. Logo, as chamadas aqui como “estranhas” experienciam a falta de alguém que as nomeie com dignidade e lhes proporcione condições básicas de sobrevivência, ao invés de apenas reforçar suas posições de desamparo estrutural. A partir dessa base teórica, será analisada a experiência com uma dessas crianças estranhas, que resistiu e resiste como um ser de palavra.

5. O olhar a uma criança estranha - Relato de experiência

O enredamento da linguagem é algo que mostra-se poderoso. A palavra nos dá contorno, nos direciona e, de certa forma, nos limita das possibilidades inúmeras da não nomeação. A palavra “faz algo ser” e não apenas descreve o que já é. Para exemplificar, trago o clímax do conto de Franz Kafka escrito em 1912 chamado “O veredicto”. O autor retrata um conflito familiar intenso, onde após uma discussão, o pai idoso em seu leito de morte diz ao filho que o estava condenando à morte por afogamento, ao ouvir isso, o filho se joga de uma ponte e se afoga, aceitando sua condenação.

Essa história, por mais extrema que seja, reflete o poder descritivo e até sentencial da linguagem. As crianças estranhas são ditas, desde a sua criação, de um lugar deslocado de direitos e de pertença, desde o laço familiar até os laços institucionais. Logo, a minha

experiência como voluntária de vínculo exemplifica a invisibilização e determinação que o discurso pode produzir no sujeito, o tornando prisioneiro da palavra.

O meu trabalho na instituição com crianças e adolescentes em vulnerabilidade inicia-se em 2022, onde entrei como voluntária. A instituição é responsável por articular a promoção do desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade social, fortalecendo vínculos e estimulando a autonomia, cidadania e protagonismo, por meio de oficinas culturais e educativas com base na educação popular.

Já o início do acompanhamento terapêutico singular a uma criança marginalizada teve seu início apenas em 2025, realizado pelo período de 6 meses. Como já fazia algum tempo que tinha contato com a realidade do território e dos beneficiários da OSC, fui convidada a acompanhar uma das crianças que, teoricamente, não estava fortemente vinculada aos colegas, aosicineiros, ao conteúdo das oficinas e nem à própria organização. O meu trabalho consistia em acompanhar a rotina da criança na instituição, articulando para que ela participasse das atividades, além de intermediar a relação dela com os profissionais, voluntários e colegas.

Para construir sobre o acompanhamento, é importante ressaltar que existem três desamparos - material, institucional e discursivo - que produziram essa infância “estranha”. Estes serão descritos a seguir como peças chave para a análise da experiência.

5.1. Desamparo material

As condições materiais apresentadas no local nos retorna ao conceito de Estranho como algo que não deveria vir a conhecimento, pois é justamente no território, sem capeamento, sem saneamento básico, que se reflete a tamanha ausência e negligência estatal que há muito tempo permanece obscura. O assentamento mostra-se como uma terra descuidada, com o esgoto a céu aberto e buracos de barro infinitos, onde o pouco que se tem é por mobilização comunitária dos próprios moradores.

Pouco se tem, mas muito se cria, a potência produzida naquele local é sem tamanho. As crianças e adolescentes utilizam das próprias vivências para criar e construir conhecimento compartilhado com todos que ali se propõem a presentificar. Contudo, ainda é inconcebível que várias famílias sejam expostas a riscos inúmeros devido à falta de compromisso e responsabilidade dos gestores políticos.

Retomando, o desamparo se funda em três eixos: o material, o discursivo e o institucional. O material diz respeito às condições concretas e ambientais, o discursivo pauta a questão da potência da linguagem na organização simbólica do sujeito e a institucional descreve o funcionamento e os limites burocráticos promovidos pela organização em que foi realizado o trabalho. A primeira instância a refletir as condições do acompanhamento de vínculo é a material, onde, desde muita pouca idade, a criança de apenas 7 anos, que irei denominar como “L”, enfrenta condições vulneráveis em sua moradia e alimentação. O sofrimento ético-político mostra-se presente na vivência dessa infância, onde a condição do assentamento não é apenas um “pano de fundo”, mas sim um cenário que contribui para a produção e manutenção de uma infância posta como “estranha”.

Em minha experiência, acompanhei momentos em que a criança demonstrava insegurança alimentar e dizia que gostava de ir à instituição também pela disponibilidade de alimento. Logo, a organização social se portava como lugar de apoio onde, diferentemente da escola, por exemplo, ela poderia chegar com os pés sujos de barro. Isto porque, devido à falta de capeamento de todo o bairro, era uma situação que acometia todas as crianças do assentamento. Passagens como essa refletem a dor e o sofrimento mediado pelas injustiças sociais, a chamada exclusão-inclusão, onde “L” apenas se sentia confortável na instituição, em meio às outras crianças também consideradas “estranhas”, também sujas de barro. (Sawaia,2014).

5.2. Desamparo Institucional e Discursivo

Em relação aos laços com o Outro, iniciamos aqui com os laços familiares, o Outro familiar constitui um importante elemento organizador da criança, contornando e inaugurando a castração e a interdição da cultura. Na criação parental “normal”, geralmente a criança é idealizada e tomada como um objeto de desejo/gozo dos pais (Rosa & Lacet, 2012). Contudo, na infância da criança acompanhada, esse ideal não se formulou e, desde o seu nascimento, “L” não possuía figuras simbólicas de referência de cuidado, sendo abandonada e negligenciada por diversas vezes, sendo hoje orientada por suas irmãs mais velhas.

A recusa do cuidado se inscreve na história de L desde cedo, em que se faz supor a sua não inscrição no campo do desejo dos pais como filha - “filha de” - não lhe sendo configurado em um lugar de pertença no discurso das supostas referências primárias. Da mesma forma, “L” não foi inscrita como deveria ser na ordem humana, no campo social, permanecendo como algo descartável ou matável - refletido na ausência do Estado em prover condições básicas de sobrevivência. “L” mostra-se como um verdadeiro objeto-dejeto, uma verdadeira estranha ao conhecido, demonstrando que a articulação entre o Outro simbólico e o Outro social - a falta de contorno simbólico e de estruturação material - produz uma descontinuidade subjetiva na criança. (Rosa & Lacet, 2012).

Isso se reflete na experiência quando “L” não consegue lembrar do seu próprio nome completo e se confunde nas histórias que envolvem sua dinâmica familiar. Pela falta de referência de cuidado e pouca nomeação sobre si, apresenta falhas de continuidade nas histórias e falas ilusórias sobre si mesma, onde percebo que não consegue diferenciar momentos familiares e pessoais que realmente aconteceram e quais foram inventados. Contudo, ainda assim demonstra momentos de lucidez, onde nomeia a falta de desejo da mãe em sua criação e o abandono da sua função materna, relacionado ao uso de substâncias.

Os impactos da falta de nomeação e desamparo discursivo de L estão muito presentes no cotidiano do acompanhamento. Muitas vezes, a própria dinâmica institucional promovia o silenciamento e a reprodução de dinâmicas culpabilizantes. Um exemplo dessa ordem ocorreu nas oficinas que continham desenhos ou escritas em que “L” era corrigida a todo momento por detalhes mínimos, como tamanho da escrita ou espaços que não haviam sido coloridos o suficiente, forçada a ocupar um lugar pré-determinado como correto.

“L” constantemente saía da sala como forma de expressar seu mal-estar e, por algumas vezes, fomos intercedidas com falas violentas que a tomavam como uma criança que só “faz o que quer” ou que se portava como “sem solução”. A sua autonomia infantil era condenada, operando, por consequência, um abaixamento de potência, proveniente da passividade, da servidão ou da heteronomia (Rosa,2022).

Um momento que expressa um pouco dessa submissão imposta na instituição foi quando “L” me disse que só era gostada quando ficava dentro da sala e que ela sabia que gostariam que ela fosse embora. Ou seja, uma demonstração de que “Pode o subalterno falar?” ou são condenados a aceitar o lugar em que foram submetidos? O desamparo discursivo então, origina-se justamente desses enclausuramentos epistemológicos hegemônicos da escuta, quando o outro permanece no lugar da submissão e nós apenas os escutamos a partir daquele lugar - como a criança “problema” onde “não adianta fazer nada” (Rosa,2022; Quagliatto,2017).

É uma verdadeira “prisão” pela linguagem, onde “L” se vê em uma posição determinada e não como uma agente do seu próprio discurso. Por meio de falas de agentes da instituição, que as colocavam como “fujona” ou “sem educação”, a criança permanecia em um local estigmatizante e sem a disponibilidade de produzir contorno sobre o seu próprio sofrimento ou comportamento (Rosa,2022).

A criança que mais se afasta do lugar ideal da plenitude, da inocência, da proteção e da tranquilidade que a infância “deveria” ser, será menos reconhecida e mais negligenciada pelo Estado e pela sociedade. No cotidiano institucional, onde as crianças eram orientadas a estar dentro das oficinas e participar do fluxo contínuo, pouco espaço era percebido pelo sujeito para o riso, para o erro ou para a própria brincadeira, uma infância vivida no “esculacho” (Gurski,2012) - expressado pela própria “L” que dizia nunca poder brincar em lugar nenhum e não conseguir realizar as atividades o tempo todo.

A dominação e opressão que favorecem o desamparo são articuladas por pequenas atitudes que denotam conexão entre poder e vigilância. Como o dia que “L” percebeu que a oficinaira havia desenhado várias “carinhas tristes” no seu caderno de atividades e perguntou o porquê a “tia” estava triste com o que ela havia feito, se ela teria “errado tudo”. A própria gestão de controle gera uma modalidade de sofrimento e desamparo, sendo expresso nessa passagem pela angústia, culpa e vergonha (Rosa,2022).

A criança é a pura expressão da potência, do desmanche do que é instituído, contudo assim que uma infância desafia esse contorno, ela torna-se “descriançável”² por estruturas de dominação do discurso, ou seja, ela é colocada em uma posição de anormalidade e perigo (Vicentin,2020). A naturalização do estigma sobre “L” era comum no cotidiano, onde suas produções de sentido eram invalidadas e esvaziadas, pois “não era assim que deveria ter sido feito”.

Os discursos que rotulam “L” tiveram um efeito determinante em seu comportamento, por exemplo, em dias que ouvíamos frases de natureza violenta, “L” se portava a validar esse discurso, como se reproduzisse o que era dito sobre ela. Uma

² O conceito de descriançável permeia a interiorização de coações e comportamentos rotuladores acerca da infância, é “menorizar” a criança, cerceá-la em uma posição de anormalidade e perigo. Isto, que é o oposto do agir criancável, que estimula a potência de ação e abertura para sustentar novas situações produzidas na convivência, na experimentação do pensamento e nas produções coletivas

passagem ilustrativa ocorreu no dia em que “L” viu os escritos da professora no seu caderno, afirmando que ela “só fazia o que queria”. Neste mesmo dia, não consegui intervir em nenhum momento para que continuássemos nas atividades e não rompêssemos com as regras da instituição. Era como se eu não tivesse mais uma voz ativa e a sua escuta houvesse se fechado para o determinante “só faço o que quero”.

Além disso, “L” afirmou repetidas vezes que até sabia o que gostariam que ela fizesse, mas que não conseguia e sabia que não era “gostada” por isso, dando palavra ao cerceamento institucional em que era sobreposta. Já vivenciei cenas em que, a meu ver, “L” se submetia a realizar atividades apenas para ser “vista” e validada por uma figura de referência da instituição, onde após a obediência cega, ela ganhava um abraço, uma recompensa – Esta que já havia sido negada anteriormente.

Comportamentos que eram vistos como “problema” - como sair da sala, defecar na própria roupa, jogar objetos - poderiam ser expressões de mal-estar e sofrimento, indicações de possíveis elaborações do sintoma, uma forma de comunicação que foi inúmeras vezes cortada e desconsiderada - como “manha” ou “desrespeito”. Ressalto que a equipe de saúde mental que coordenava o projeto movimentava-se ao máximo contra a lógica institucional e a favor da compreensão das particularidades, contudo, muitas vezes, sem sucesso devido à estrutura hierárquica que regia a instituição.

A potência preditiva da linguagem é avassaladora, o lugar que o Outro social, representado aqui por elementos principalmente institucionais, ocupa e enclausura a criança, vista como estranha, a coloca em uma posição de silenciamento e desalojamento. A condição dessa “estranheza” então se produz em meio ao sofrimento ético-político e especialmente, em meio a produção da sensação de incapacidade de expressar ou produzir o próprio sentido sobre ele (Rosa,2022; Katz,2022).

O silenciamento da infância marginal advém de figuras de poder que tendem a minar o potencial criativo da criança, justamente por elas responderem ao lugar que foram colocadas e, conseqüentemente, expõem condições deploráveis das situações sociais hegemônicas e previamente estabelecidas. Ao deslegitimar o discurso de uma criança - como presenciei sobre “L” ser incapaz de mudança ou “apenas estar fingindo coisas” – as infâncias marginais não denunciam, pela sua própria existência, os direitos que lhes são negados. Muito menos denunciam o “não lugar” simbólico que são forçadas a ocupar quando não possuem a possibilidade de narrar de si. (Rosa,2022; Katz,2022).

A criança “estranha”, minada de uma condição material satisfatória e de uma posição desejante no campo social, permanece em uma posição de alienação ao discurso e ao não desejo do Outro. O desamparo se alinha com a vulnerabilidade e com a impossibilidade do sujeito de “sustentar-se” sozinho, logo, como um pedido de ajuda endereçado ao Outro, a subjetivação e a própria noção de valor ficam dependentes do não desejar desse externo (Santos & Fortes,2011).

Em vários momentos, “L” aguardava uma palavra ou um olhar, seja de afirmação ou de negação, expressando estar em uma posição de submissão a um possível direcionamento. Existiam passagens em que, ela obedecia às ordens e se alegrava ao ser elogiada por isso ou quando as desobedecia e, ao menos, mobilizava a atenção e o discurso da equipe, que direcionavam significantes a ela - como “fujona” ou “cagona”. A dependência da infância não se trata apenas de cuidados biológicos, mas sim do amor e do desejo do Outro, como se precisássemos do Outro para nos proteger dele mesmo. (Santos & Fortes, 2011).

Na infância acompanhada, esse amor não se estruturava na linguagem, o discurso produzido sobre ela expressava e reforçava sua condição de desamparo e impossibilidade. O ponto alto de expressão simbólica da clausura e silenciamento da criança “L” foi quando ao

se autorretratar em um desenho, se desenhou sem pernas, sem braços, com os olhos fechados e sem a boca.

O corpo não é apenas biológico, mas também constituído simbolicamente pela intervenção da linguagem e contorno dado por um Outro (Queiroz,2003; Santos & Fortes,2011; Cavalcanti & Poli,2015). A imagem do corpo, mostra-se como um álbum de memórias de tudo que já foi vivido nas dinâmicas relacionais, ao mesmo tempo que, se atualiza conforme as nossas dinamicidades - é um reflexo da nossa história (Schulz & Ruschel, 2017).

Pelo desenho “L” situa, especialmente por esse meio, algo que lhe dá perspectiva, que representa seu sintoma, pois trata-se de sua forma lúdica de linguagem (Fleig-Beltrão et al., 2005). Ilustrada como sem braços e sem pernas, expressa a imagem de um corpo fragilizado e fragmentado, por meio do traço, a criança representa como vivencia a própria constituição subjetiva e posição no laço social (Schulz & Ruschel, 2017; Cukiert,2004).

Desmembrada é a representação da sua posição de silenciamento e clausura em relação aos discursos produzidos sobre ela. Uma condição de desamparo, onde sem a boca, não consegue falar, sem os braços não consegue alcançar e sem as pernas não consegue correr, restando a total submissão ao Outro³.

Mesmo quando “L” se desenha dessa forma, ela é submetida a desenhar “direito”, novamente sendo restringida de dizer e produzir significado sobre si. A experiência vivenciada e o desenho representam a posição que a criança ocupa no laço social com o outro, a de um corpo fechado, impedido, censurado, consonante com a falta de amparo simbólico vivenciado desde a sua subjetivação inicial.

³ Essa condição desmembrada articula uma possível formação de um quadro grave, isto por conta do modo como ela é tomada por si, pelo outro e por como ela se situa e se representa na linguagem. É importante sinalizar, mas não é o objeto de estudo desta produção.

Da posição do ser não desejado, recusado, limitado surge o desenho da “L” fragmentada. Esse autorretrato é o reflexo de que, “L” coloca-se como um ser incapaz de deslocar-se concretamente e simbolicamente do lugar de **ausência total de direitos** - lugar em que foi posicionada pelo Outro social e simbólico - uma verdadeira clausura pelo discurso.

6. Direção da escuta e construção de vínculo

Ainda considerando a posição de clausura e desamparo discursivo experienciado por “L”, é importante ressaltar que respostas foram produzidas por essa criança. Articuladas como uma possível saída a essa dinâmica de silenciamento, por meio da construção de vínculo e da escuta ativa.

“L” se encontrava em uma posição de desamparo e silenciamento discursivo importante, lugar produzido por dimensões sociais, familiares, simbólicas e institucionais. Por meio da crença e investimento no vínculo, foi possível enxergar além do que já era premeditado para uma criança determinada como “estranha”. Estabelecendo uma escuta sensível, busquei não me concentrar nos desvios de conduta ou sintomatização de “L”, mas sim nas suas potencialidades e respostas em meio a sua posição de clausura no discurso. Ao ir além do que já era dito, pude ouvir o que ela mesma dizia e produzia sobre si, “entrar no mundinho de L” era minha prioridade, mesmo contrariando as lógicas institucionais.

A condição de estranheza, ao invés de algo que deveria permanecer oculto (Freud, 1919/1976), era colocada no acompanhamento como um marcador de singularidade e potencialidade, e não como uma fuga da norma que deveria ser normatizada e punida. Na delicadeza de pequenos gestos, falas, mudanças de comportamento, que íamos enxergando as respostas que estavam sendo produzidas. Ou seja, uma metáfora seria, onde antes se via apenas uma pedra, com o vínculo e a sensibilidade, se vislumbrava uma flor.

A construção de uma relação de confiança é uma saída para deslocar “L” de uma posição alienante no discurso. Uma ilustração desses momentos, seria um dia quando, após ser expulsa da sala e demonstrar que acreditava que ninguém gostava dela, afirmo que eu gostava sim e muito, logo, “L” afirma, em tom de brincadeira, que ela já sabia há muito tempo - estava “cansada” de saber.

Em outro momento, quando frustrada com as atividades ou com necessidade de sair um pouco do ambiente das oficinas, “L” automaticamente se voltava para mim para ir nos lugares com ela, mesmo que esse comportamento fosse contra as regras da instituição, ela confiava que eu a acompanharia. Importante ressaltar que, tínhamos momentos também de discussão e discordância, mas justamente, ao sustentá-los junto com “L”, sem a colocar em uma posição já estabelecida como indisciplinar, um novo caminho de resposta começa a ser traçado.

Ao promover a possibilidade de ser algo para além do “estranho”, ela conseguia minimamente deslocar-se para um lugar de potência e não passividade. Tiveram vários dias em que “L” fazia as atividades que eram previstas para o dia, mas não exatamente da forma como deveria ser inicialmente e eu a incentivava por isso. Ao estimular as suas próprias iniciativas e jeitos de existir, ela pode novamente se tornar “criançável” e desafiar os limites do instituído (Vicentin,2020).

Toda demanda é uma demanda de amor e toda escuta é uma atenção amorosa. No infantil isso se reflete no verdadeiro olhar para o que as crianças vivem, se interessam, brincam, criam, recusam. É sobre escutar suas narrativas, sejam desconexas ou não, e ouvir os seus silêncios. Elas percebem o seu entorno e reagem da sua maneira sobre ele, por isso se faz necessário abrir o canal de linguagem para a maneira simbólica que elas têm de se expressar. Tendo isso em vista, a todo momento do trabalho realizado, fomos construindo em

conjunto, o nosso próprio jeito de se comunicar e brincar, mesmo que parecesse sem sentido aos olhos externos. (Piorski & Leite, 2025).

A escuta no campo social é uma escuta implicada, que reconhece o sujeito como enredado nas tramas do poder e da cultura. Logo, conseguimos verdadeiramente proporcionar esta escuta ao sujeito quando não nos confundimos com o modo em que ele é representado no laço social, marcado por preconceitos de classe, raça, gênero e cultura (Rosa,2022). A todo momento do trabalho, se exigia que saíssemos do quadro tradicional e colocássemos o “corpo” a trabalho no território. Um recorte ilustrativo seria a dinâmica que inventamos do “andar de robô”⁴, onde eu a carregava nos meus pés na maioria dos dias em que a percebia desanimada em participar das rotinas (Broide, 2019; Broide, 2016).

A escuta e a presença atuam como mecanismo desalienante, contra o silenciamento e desamparo imposto por discursos hegemônicos que reduzem o sujeito a condições desqualificantes, no caso de “L”, como uma criança “estranha”, que “só dá trabalho”. Nessa intervenção, busca-se devolver o sujeito ao seu lugar de fala, para que ele possa produzir sobre si, “L” começou a encaixar mais os seus discursos com a realidade, por exemplo, dizendo sobre o abandono materno, transformando seu trauma em uma experiência compartilhada, sendo eu e ela agora, testemunhas da sua própria história (Rosa,2015; Rosa,2013).

Em situações sociais críticas, como a de “L”, fundada no desamparo material, simbólico e governamental, o vínculo é uma estrutura que proporciona uma certa sustentação no laço da vida, ele que proporciona uma ancoragem. Esta seria como “fios invisíveis”- sejam amigos, animais, atividades - que amarram o sujeito à vida após várias rupturas

⁴ Andar de robô foi o nome que criamos para quando “L” posicionava seus pés em cima dos meus enquanto eu segurava seus braços, ela ditava o ritmo que gostaria de andar e assim íamos caminhando juntas. Dinâmica muito utilizada em dias que passávamos por muitas recusas em relação ao vínculo institucional.

consideráveis nos laços familiares, comunitários e sociais. O trabalho de acompanhamento buscava então resgatar esses fios, resgatar o que trazia “L” para uma posição sustentável no campo social, após uma história fundada em muito desamparo (Broide, 2019; Broide, 2016).

A linguagem, como um grande organizador dos laços sociais, foi um mecanismo também utilizado no trabalho. Por meio de proporcionar um lugar de fala, validar as suas narrativas, firmar combinados considerando as suas opiniões, fomos construindo um processo que proporcionasse que “L” começasse a se reconhecer como um ser de direitos. (Couto et al., 2018; Cavalcanti & Poli, 2015).

Importante ressaltar que houve limitações importantes no trabalho como o tempo do acompanhamento, que foi consideravelmente curto para o que poderia ser desenvolvido. Além disso, existiam os limites institucionais impostos, já que tínhamos que minimamente seguir a rotina das oficinas. E, por fim, por mais que tivéssemos avanços em relação à construção de vínculo, desenvolvimento emocional e os benefícios materiais que eram cedidos a “L” pela organização social, ainda assim, mostravam-se insuficientes em relação à gravidade do caso.

7. Considerações Finais

Este trabalho surgiu de uma inquietação de longa data, onde após viver uma experiência de acompanhamento a uma criança considerada “estranha”, tornou-se insustentável a não elucidação da problemática. A pergunta seria, como, em uma sociedade com leis protetivas fortemente estabelecidas sobre a infância, ainda assim, se produz e mantém a existência desses sujeitos deslocados de uma posição de direitos e afastados da possibilidade de ser algo para além do estranho.

Ao longo da análise, foi perceptível que a multifatorialidade do fenômeno é inegável. Além da ausência de suporte estatal e carência material, o desamparo discursivo também se mostra como um forte determinante para a condição de submissão e silenciamento dessas

infâncias. A impossibilidade de dizer algo sobre si e sobre o próprio sofrimento, impõe que essas crianças permaneçam na posição de invisibilidade, ninguém as vê, ninguém as escuta, logo, elas não existem (Rosa,2022).

O caminho teórico percorrido evidencia que, a falta fundante e o desamparo inicial são condições universais para a construção subjetiva do sujeito e sua entrada na cultura. Contudo, a forma que o Outro responde a essa falta e posiciona o sujeito na linguagem e no discurso não segue essa mesma lógica universalizante, e é justo essa desigualdade de amparo simbólico que produz o desamparo discursivo. A ausência de figuras de referência que ofereçam contorno e nomeação a “L” amplia o desamparo para além do estrutural e material já vivenciados. Ou seja, a criança não foi autorizada a reconhecer seu sofrimento e nem foi posicionada em um enlace significativo de carinho e reconhecimento no discurso, e suas movimentações, por vezes de denúncia, eram interpretadas como desvio de conduta e desobediência.

E é neste ponto que os dois sentidos do “estranho” se encontram, o *Unheimlich* freudiano - que descreve o que deveria permanecer oculto, obscuro, mas que insiste em vir à luz - e o estranho “social” que descreve essa posição de dejetos, de exclusão. A criança marginalizada, aqui colocada como “estranha”, incomoda e perturba justamente por elucidar questões que deveriam permanecer em segredo. Apenas com a sua presença essas infâncias denunciam aquilo que a sociedade luta para manter invisível - a condição de desamparo e silenciamento que ela mesma ajuda a produzir.

Ao ir além da condição de estranheza, por meio da escuta territorial e implicada⁵, foi possível deslocar, em alguns momentos, a posição de clausura no discurso em que “L” era imposta. Contrariando, muitas vezes, o limite da própria instituição, por meio do olhar

⁵ Escuta implicada descreve escutar o sujeito sem o confundir com o modo degradado em que ele é apresentado no laço social, muitas vezes, atravessado por preconceitos de classe, raça, gênero e cultura. Entendendo também a sua posição privilegiada no laço como aquele que escuta, e procurando deslocar-se do pacto de silêncio proporcionado pela pertença a este grupo social. (Rosa,2022).

atencioso e escuta disponível, fomos traçando a nossa forma de se comunicar e viver os dias, alguns com mais recusa, outros com mais aceitação, mas todos vividos pautando a paciência e a compreensão, permitindo que “L” finalmente pudesse produzir sobre si e sobre o Outro.

Em continuidade, acredito que não existe uma resposta universal de como deslocar-se do desamparo, principalmente quando você se funda e convive com ele todos os dias. Contudo, pensando na construção da psicologia e da psicanálise como uma ferramenta de cuidado, se faz necessário permitir que o sujeito resgate sua posição de ser desejante. Uma escuta que subverta os signos sociais impostos e proporcione a possibilidade de restituir um campo de significantes diferente sobre si e sobre o sentido da própria vida (Rosa,2022) - como ao afirmar a “L” que eu gostava sim dela, independente dela seguir o que era instituído ou não.

É afirmar e defender que a vítima, pode tornar-se testemunha e pode alterar o regime da verdade ao seu respeito. É transformar pela escuta implicada o sofrimento silenciado em experiência compartilhada. Onde a criança “estranha” pode e deve dar sentido a sua dor, a retirando do emudecimento e recuperando sua posição discursiva no campo social (Rosa, 2022).

Por fim, para além de construir vínculos e ajudar na construção dos deslocamentos que “L” produziu diante de sua condição de clausura, eu pude brincar, me divertir e me implicar no processo. Não me coloco na posição de quem possibilitou que ela construísse posicionamentos desalienantes, apenas me estabeleci como uma figura aberta e deslocada de um suposto saber. Disposta a escutar e aprender, tive a melhor experiência que eu poderia ter, para além do conhecimento acumulado em território, pude me contaminar com a felicidade, criatividade e potência de “L”, muitas vezes misturada com barro e muitas risadas, e a isso só posso agradecer.

A gratidão a “L” vai além de ter me proporcionado uma elucidação da teoria e um grande ensinamento na psicologia, a gratidão advém do acolhimento, do carinho e da permissão em ocupar um pedaço do seu tempo e vivência. “L” é o exemplo vivo e carnal de que, em meio ao desmoronamento estrutural e simbólico, ainda existe a possibilidade de ser e de produzir respostas que indiquem algo além da estranheza. Ao entrar no “seu mundinho”, conheci mais da infância, da vida e pude enxergar mais do que verdadeiramente é ser uma profissional em psicologia.

8. Referências

- Aragon, L. E., & Vicentin, M. C. G. (2020). Criançar o descriançável. *Revista ClimaCom*, 7(18).
- Bezerra Lins, S. L., Oliveira Coutinho da Silva, M. F., Bezerra Lins, Z. M., & Féres Carneiro, T. (2014). A compreensão da infância como construção sócio-histórica. *CES Psicología*, 7(2), 126–137.
https://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S2011-30802014000200010&script=sci_arttext
- Broide, E. E., & Broide, J. (2019). A pesquisa psicanalítica e a criação de dispositivos clínicos para a construção de políticas públicas. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 53(3), 201–215.
- Broide, J. (2016). A clínica psicanalítica nos espaços públicos: Breves considerações históricas. Em J. Broide, *A clínica psicanalítica na cidade* (pp. 19–34). Escuta.
- Calandrone, M. G. (2022). *Brilha como vida* (P. Peterle & A. Santurbano, Trans.). Relicário.
- Calia, A. D., & Bassani, M. A. (2024). A pesquisa psicológica com saberes não-hegemônicos: Possibilidades de (re)aprender narrando experiências. *Caderno Pedagógico*, 21(8).
- Cavalcanti, C. A. T., & Poli, M. C. (2015). O mal-estar da civilização e o laço social: Uma leitura psicanalítica. *INTERthesis*, 12(2), 55–73.
- Couto, L. F. S., Casséte, J. L. Q., Hartmann, F., & Souza, M. F. G. (2018). O discurso do analista. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*.

Cruz, L., Hillesheim, B., & Guareschi, N. (2005). Infância e políticas públicas: Um olhar sobre as práticas psi. *Psicologia & Sociedade*, 17(3), 42–49.

Cukiert, M. (2004). Considerações sobre corpo e linguagem na clínica e na teoria lacaniana. *Psicologia USP*, 15(1/2), 225–241.

Fleig-Beltrão, C. de F., Dal Pont, I. J., & Martta, M. K. (2005, 29 de outubro). *O desenho e a letra*. Association Lacanienne Internationale.

Foucault, M. (1996). *Microfísica do poder* (12ª ed.). Graal.

Freud, S. (1976). O estranho (J. Salomão, Trad.). Em *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 17). Imago. (Obra original publicada em 1919)

Frota, A. M. M. C. (2007). Diferentes concepções da infância e adolescência: A importância da historicidade para sua construção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 7(1), 147–160.

Gois, J. B., Freitas, E. A. M., Fernandes, M. M., & Scalia, L. A. M. (2025). O impacto da assistência humanizada da enfermagem no trabalho de parto: Um relato de experiência em um hospital universitário. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, 18(8).

Gomes, A. de A. (2009). Linguagem e discurso na Psicanálise de Jacques Lacan. *Revista Iluminart*, 1(2).

<https://revistailuminart.ti.srt.ifsp.edu.br/index.php/iluminart/article/view/20>

Gurski, R. (2012). O lugar simbólico da criança no Brasil: uma infância roubada? *Educação em Revista*, 28(1), 61–78. <https://doi.org/10.1590/S0102-46982012000100004>

Jácome, P. S. (2018). *Criança e infância: Uma construção histórica* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Norte].

Katz, I. (2022). Infâncias contra-hegemônicas para descolonizar a psicanálise. Em A. M. C. Guerra (Org.), *O mundo e o resto do mundo: Antíteses psicanalíticas* (pp. 183–259). n-1 Edições.

Lacan, J. (1998a). O estádio do espelho como formador da função do eu. Em J. Lacan, *Escritos* (V. Ribeiro, Trad.). Zahar. (Obra original publicada em 1949)

Lacan, J. (1998b). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. Em J. Lacan, *Escritos* (V. Ribeiro, Trad.). Zahar. (Obra original publicada em 1953)

Lacan, J. (1986). *O Seminário, livro I: Os escritos técnicos de Freud* (B. Milan, Trad.). Zahar. (Obra original publicada em 1953–1954)

Lacan, J. (1988). *O Seminário, livro II: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (M. D. Magno, Trad.). Zahar. (Obra original publicada em 1964)

Lacan, J. (1992). *O Seminário, livro I7: O avesso da psicanálise*. Zahar. (Obra original publicada em 1969–1970)

Piorski, G., & Leite, A. C. (2025, 1 de julho). *A criança, a escuta e o vínculo*. Sesc São Paulo. <https://www.sescsp.org.br/editorial/a-crianca-a-escuta-e-o-vinculo/>

Quagliatto, T. M. (2017). *A genealogia da infância marginal no Brasil: O governo do impossível* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia].

Queiroz, T. C. N. (2003). Entrando na linguagem. *Estilos da Clínica*, 8(15), 12–33.

Rosa, M. D. (2013). Psicanálise implicada: Vicissitudes das práticas clínico-políticas. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, 41, 29–40.

Rosa, M. D. (2015). *Psicanálise, política e cultura: A clínica em face da dimensão sócio-política do sofrimento* [Tese de livre-docência, Universidade de São Paulo].

Rosa, M. D. (2022). Sofrimento sociopolítico, silenciamento e a clínica psicanalítica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42, 1–10.

Rosa, M. D., & Lacet, C. (2012). A criança na contemporaneidade: Entre saber e gozo. *Estilos da Clínica*, 17(2), 359–372.

Santos, N. T. G., & Fortes, I. (2011). Desamparo e alteridade: O sujeito e a dupla face do outro. *Psicologia USP*, 22(4), 747–769.

Sawaia, B. B. (2014). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. Em B. B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social* (14ª ed., pp. 97–118). Vozes.

Sbardellotto, L., Ferreira, D., Peres, M. I. L., & Oliveira, A. M. M. (2016). A constituição do sujeito na psicanálise. *Akrópolis Umuarama*, 24(2), 113–129.

Schulz, J. P., & Ruschel, V. R. G. (2017). A estruturação da imagem do corpo na infância. *Trivium: Estudos Interdisciplinares*, 9(1), 16–25.